

valor". Essa estrutura levou o Brasil à concentração de áreas, ajudando a promover o êxodo rural, que só nos anos 80 mobilizará 900 mil pessoas ativas entre o campo e as cidades.

— A questão agrária tem de ser discutida sem emoções e a partir dos estudos sérios e mecanismos legais já existentes. É um gargalo que, uma vez resolvido, pode contribuir para aliviar as tensões hoje sentidas pela sociedade brasileira.

CONTROLE

Combate ao bicudo

Diante da grave ocorrência da praga "Anthonomus grandis", popularmente denominada de "bicudo", em algodoais das divisões regionais agrícolas de Sorocaba e Campinas, o governo do Estado de São Paulo acaba de constituir uma comissão com técnicos das Secretarias de Saúde, de Agricultura e Abastecimento, do Trabalho e de Obras (CETESB), para o acompanhamento de todos os problemas decorrentes do combate à infestação.

Caberá à Secretaria de Agricultura o apoio logístico ao programa sendo que, para isso, ela já empregou Cr\$ 71 milhões no levantamento das áreas infestadas pelo "bicudo".

O Governo Federal, por meio do Ministério da Agricultura e da Secretaria do Meio Ambiente, está participando das reuniões que visam a encontrar a melhor forma de combate à nova praga dos algodoais.

Antes de deflagrar a campanha de pulverização com inseticidas das áreas

O algodão brasileiro está sob ameaça do "bicudo". Mas, também está sob a ameaça de "outras forças" contrárias à uma ação radical e enérgica, por parte dos poderes públicos.



atingidas, serão avaliados os riscos inerentes à operação. Também estão sendo examinadas as medidas de assistência à saúde dos trabalhadores nos algodoais e do pessoal técnico envolvido diretamente na pulverização.

Nas decisões que serão tomadas com urgência, estão sendo considerados os aspectos de proteção ao meio ambiente, à flora e a fauna além dos riscos à população localizada nas regiões atingidas pela praga, caso venha a ser feito o controle por meio do inseticida Malathion.

A recomendação aos cotonicultores é para que queimem as socas das culturas do algodão o quanto antes. Também as máquinas beneficiadoras do produto foram autorizadas pela CETESB a queimarem os restos do beneficiamento, para controlar a disseminação do "bicudo".

Nos levantamentos já realizados, foram identificadas 2.814 propriedades atingidas pelo besouro, numa área que abrange cerca de 4.800 hectares de lavouras.

DEBATE

Forum do café

Na sede da Faesp (Federação da Agricultura do Estado de São Paulo), o Fórum de Deatas da Cafeicultura se reuniu no início de janeiro. Do encontro, saiu uma mensagem ao presidente Figueiredo pedindo a suspensão de qualquer modificação na política oficial do café "sem ouvir os produtores". Segundo os participantes do fórum, a política vigente no setor, "embora não satisfatória, trouxe relativa estabilidade". E uma alteração processada de forma unilateral "poderá resultar em completa desarticulação do setor produtivo".

Os representantes do café estavam preocupados com as notícias que "davam conta de modificações profundas, algumas delas baseadas em um volume de safra impossível de ser alcançado". E pediram, reiteradamente, que "qualquer eventual alteração na política do setor seja previamente discutida pelas partes interessadas". O telex ao presidente foi assinado por nove personalidades ligadas à cafeicultura.

TERRAS

Estado agiliza assentamentos agrícolas

O levantamento de todas as terras públicas estaduais que não estejam sendo utilizadas com fins sociais e de todas as terras devolutas do Estado de São Paulo será a principal iniciativa da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo para a implantação, a curto e médio prazo, de um plano de assentamentos agrícolas, cujo objetivo será a criação de postos de trabalho, dando ao mesmo tempo uma destinação social a essas áreas ociosas.

Essa medida promovida pela Comissão Pastoral da Terra, foi anunciada pela assessor da Assessoria Técnica para Revisão Agrária (ATRA), da Secretaria de Abastecimento, José Eli Veiga, durante reunião em Andradina com cerca de 900 flagelados, vítimas da última enchente do rio Paraná.

Segundo José Eli Veiga, além das glebas públicas pertencentes à pasta, às empresas públicas e às outras Secretarias do Estado, existe uma grande área que vai de Andradina ao Pontal do Paranapanema (cerca de 750 mil hectares), em discussão se são terras públicas ou de particulares.

Para os casos de terras devolutas, a Secretaria da Justiça irá acelerar os processos de ação discriminatória, tentando a nomeação de juizes especiais para tratar somente dessas questões, através de entendimento com o Tribunal de Justiça.

Quanto à questão das terras públicas, o assessor técnico da ATRA destacou que os novos projetos de assentamentos agrícolas a serem implantados não mais serão elaborados em gabinetes. "Temos que fazê-los em conjunto com os trabalhadores necessitados de terra, contando com o movimento sindical e outras entidades que possam atuar como interlocutores da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, a partir da elaboração dos projetos", afirmou José Eli.